

SUMÁRIO

<i>Prefácio</i>	VII
INTRODUÇÃO	1
1. ESTADO, FUNÇÃO PÚBLICA E SERVIÇOS PÚBLICOS	5
1.1. Função pública.....	5
1.2. Serviços Públicos.....	11
1.3. Prestação dos Serviços Públicos	25
1.4. O Estado como prestador de serviços e o Código de Proteção e Defesa do Consumidor	36
2. PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS	53
2.1. Princípios: força normativa e particular relevância no âmbito do direito administrativo.....	53
2.2. Princípios ‘explícitos’ versus ‘implícitos’	61
2.3. Princípios da preponderância do interesse público sobre o privado, da legalidade e da indisponibilidade do interesse público	64
2.4. Princípios da proporcionalidade e da razoabilidade	80
2.5. Princípio da igualdade	87
2.6. Princípio da eficiência	92
3. PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO: PRIMEIRA APRESENTAÇÃO	101
3.1. Princípio da continuidade e princípios guias do regime jurídico-administrativo	101
3.2. Origem e fundamentos normativos do princípio da continuidade	108
4. REPERCUSSÕES DO PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE	119
4.1. Notas introdutórias	119

4.2. A suspensão do fornecimento de serviço público essencial por inadimplemento do usuário e o princípio da continuidade.....	119
4.2.1. Disciplina legal aplicável à continuidade da prestação dos serviços públicos essenciais e hipóteses excepcionais de interrupção, previstas em lei	119
4.2.2. Evolução doutrinária e jurisprudencial do tema da interrupção dos serviços públicos essenciais em virtude de inadimplemento, à luz da Constituição Federal.....	126
4.2.3. Posicionamento atual da doutrina e da jurisprudência sobre a possibilidade de interrupção na prestação dos serviços públicos essenciais em virtude de inadimplemento	132
4.2.4. Síntese dos pressupostos e dos fundamentos à interrupção dos serviços públicos essenciais em virtude de inadimplemento do usuário	147
4.3. A <i>exceptio non adimpleti contractus</i> e o serviço público.....	148
4.4. O equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão....	154
4.5. O direito de greve, os serviços públicos essenciais e o princípio da continuidade	164
4.5.1. A greve no funcionalismo público e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	166
4.5.2. A greve dos servidores públicos e o princípio da continuidade	174
4.6. A garantia da continuidade da Administração Pública sob outro enfoque: a substituição no exercício das funções públicas	192
4.7. Perfil e objeto do princípio da continuidade: notas de encerramento	200
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	205
REFERÊNCIAS	209